

ENGIE SOLAR PARACATU III GERAÇÃO CENTRALIZADA SPE S.A.

Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da ENGIE Solar Paracatu III Geração Centralizada SPE S.A. (“Paracatu III” ou “Companhia”) tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2023. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) que detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para explorar a Usina Solar Fotovoltaica Paracatu 3, com potência instalada de 33 MW, garantia física de 8,5 MW médios e energia comercializada no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) no segundo Leilão de Energia Reserva de 2015, promovido pela Aneel (Leilão Aneel 009/2015). A Paracatu III é uma das 4 Centrais Fotovoltaicas (Centrais) que compõem o Conjunto Fotovoltaico Paracatu, localizado no município de Paracatu (MG). O conjunto foi adquirido pela ENGIE Brasil Energia S.A. (“ENGIE Brasil Energia”) em fevereiro de 2022.

A Companhia não tem empregados e sua Administração é realizada pela controladora indireta ENGIE Brasil Energia, que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal diretamente alocado na Central.

2. Controle Acionário

A totalidade do capital social da Paracatu III pertence à ENGIE Solar Paracatu Geração Centralizada Holding S.A., uma *holding* controlada indiretamente pela ENGIE Brasil Energia. Sediada em Florianópolis, a ENGIE Brasil Energia é uma plataforma de investimento em infraestrutura, atuante nas atividades de geração centralizada e distribuída, comercialização, *trading* e transmissão de energia elétrica. Atua ainda no segmento de transporte de gás, por meio da TAG – Transportadora Associada de Gás – em conjunto com outros sócios.

3. Ambiente Macroeconômico

A economia brasileira em 2023 apresentou desempenho levemente superior ao projetado pelos economistas e pelo mercado, com inflação mais controlada e corte nas taxas de juros. O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 2,9%, ajudado pelo bom desempenho do mercado de trabalho formal e do agronegócio. O país colheu uma supersafra e se beneficiou de preços ainda elevados das commodities no cenário internacional. Se em 2022, a maior parte da contribuição para o PIB veio da indústria e dos serviços, em 2023 o impulso veio do agronegócio e das atividades de extração. Os setores industrial e de serviços continuaram sendo afetados pelos juros em patamares ainda altos.

A inflação baixou gradualmente e encerrou o ano em 4,62%, portanto, dentro da meta estipulada pelas autoridades (de até 4,75%). A valorização do real e o choque de preços das commodities, que aumentaram cerca de 20% em 2022 e caíram em 2023, puxaram o índice de preços para baixo, assim como o aumento da oferta de alimentos. O dólar PTAX encerrou o ano em R\$ 4,84, 7,1% menor que a cotação ao final de 2022, que era R\$ 5,21.

O alívio inflacionário permitiu que o Banco Central iniciasse seu ciclo de queda da taxa Selic, com o primeiro corte anunciado em agosto. Ainda que continue alta, a taxa básica de juros da economia começou 2023 em 13,75% e terminou o ano em 11,75%, com mais sinalizações de cortes pela frente.

4. Desempenho Operacional

Em 2023, a geração total bruta de Paracatu III alcançou 59,9 GWh, 9,1% superior à observada em 2022, que foi de 54,9 GWh. O índice de disponibilidade, considerando-se as todas paradas programadas, atingido em 2023 foi de 97,6%, 2 p.p. abaixo do obtido em 2022, de 99,6%.



5. Desempenho Econômico-Financeiro

Indicadores de resultado	2023	2022	Variação	Variação %
Receita operacional líquida	27.723	27.812	(89)	(0,3)
Lucro bruto	9.560	14.838	(5.278)	(35,6)
Margem bruta	34,5%	53,4%		(18,9 p.p.)
Resultado do serviço (Ebit)	9.516	13.882	(4.366)	(31,5)
Ebitda (Lajida) ¹	16.665	19.752	(3.087)	(15,6)
Margem Ebitda (Lajida)	60,1%	71,0%		(10,9 p.p.)
Resultado financeiro	(9.081)	(11.754)	2.673	(22,7)
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(8.148)	238	(8.386)	(3.523,5)

¹ Ebitda (Lajida): lucro líquido + resultado financeiro + depreciação

Comentário sobre as principais variações

Ebit: a variação é motivada, principalmente, pela redução da receita operacional bruta com distribuidoras em decorrência do evento climático que afetou os ativos da Companhia e o respectivo volume de energia comprada para suprir a não geração de energia e, atenuada, pelo reconhecimento da receita de lucros cessantes (recomposição de receitas) e danos materiais.

Lucro bruto: a variação é motivada, principalmente, pelos efeitos anteriormente citados e, também, pela redução das despesas operacionais entre os períodos analisados.

Resultado financeiro: a redução é proveniente, substancialmente, do aumento da renda de aplicações financeiras e pela redução dos encargos e variação monetária sobre financiamento.

(Prejuízo) lucro líquido do exercício: aumento motivado pelos efeitos anteriormente citados e, também, pelo acréscimo de imposto de renda e contribuição social do período.

6. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 10% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a Administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

7. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda., não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2023.

8. Agradecimentos

A Administração da ENGIE Solar Paracatu III Geração Centralizada SPE S.A. agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho no ano de 2023.

A Administração



ENGIE SOLAR PARACATU III GERAÇÃO CENTRALIZADA SPE S.A.
CNPJ Nº 23.741.514/0001-01| NIRE Nº 31 3 0011415-5
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

ATIVO			
	Nota	31.12.2023	31.12.2022
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	40.223	29.977
Contas a receber de clientes	5	2.798	2.662
Indenização de seguros	15	22.554	-
Outros ativos circulantes		3.377	2.064
		68.952	34.703
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Depósitos vinculados	6	4.207	3.937
Adiantamento a fornecedores		-	3.090
Outros ativos não circulantes		3.190	431
		7.397	7.458
Imobilizado	7	140.661	164.452
Intangível		3.684	3.978
		151.742	175.888
TOTAL		220.694	210.591

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



ENGIE SOLAR PARACATU III GERAÇÃO CENTRALIZADA SPE S.A.
CNPJ Nº 23.741.514/0001-01 | NIRE Nº 31 3 0011415-5
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota	31.12.2023	31.12.2022
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	8	2.308	224
Financiamento	10	8.803	8.189
Ressarcimentos às distribuidoras	12	7.994	2.379
Outros passivos circulantes		7.441	1.715
		26.546	12.507
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	8	5.226	5.303
Financiamento	10	118.269	121.470
Provisão para desmobilização	7	3.052	2.616
Outros passivos não circulantes		7.054	-
		133.601	129.389
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	11		
Capital social		70.063	70.063
Prejuízos acumulados		(9.516)	(1.368)
		60.547	68.695
TOTAL		220.694	210.591

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



ENGIE SOLAR PARACATU III GERAÇÃO CENTRALIZADA SPE S.A.
CNPJ Nº 23.741.514/0001-01| NIRE Nº 31 3 0011415-5
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	12	27.723	27.812
Custos da energia vendida			
Depreciação e amortização	7	(7.149)	(5.870)
Serviços de terceiros		(5.688)	(3.139)
Encargos de uso da rede elétrica e conexão		(2.446)	(2.234)
Energia elétrica comprada		(795)	-
Transações no mercado de energia de curto prazo		(12)	(25)
Outros		(2.073)	(1.706)
		(18.163)	(12.974)
LUCRO BRUTO		9.560	14.838
Despesas operacionais			
Despesas com vendas, gerais e administrativas		(44)	(1.477)
Outras receitas operacionais, líquidas		-	521
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		9.516	13.882
Resultado financeiro			
Renda de aplicações financeiras		3.942	2.681
Renda de depósitos vinculados		154	-
Juros e variação monetária sobre financiamento	10	(12.204)	(14.239)
Juros e variação monetária sobre provisões para desmobilização	7	(97)	-
Juros sobre fornecedores		(805)	(81)
Outras despesas financeiras, líquidas		(71)	(115)
		(9.081)	(11.754)
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		435	2.128
Imposto de renda e contribuição social correntes	13		
Corrente		(8.659)	(1.885)
Diferido		76	(5)
		(8.583)	(1.890)
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(8.148)	238
(PREJUÍZO) LUCRO POR AÇÃO (EM REAIS)		(0,13)	0,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



ENGIE SOLAR PARACATU III GERAÇÃO CENTRALIZADA SPE S.A.
CNPJ N° 23.741.514/0001-01 | NIRE N° 31 3 0011415-5
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	2023	2022
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(8.148)	238
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(8.148)	238

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



ENGIE SOLAR PARACATU III GERAÇÃO CENTRALIZADA SPE S.A.
CNPJ Nº 23.741.514/0001-01 | NIRE Nº 31 3 0011415-5
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros			Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	
Saldos em 31.12.2021		70.063	-	-	68.457
Lucro líquido do exercício		-	-	-	238
Saldos em 31.12.2022	11	70.063	-	-	68.695
Prejuízo do exercício		-	-	-	(8.148)
Saldos em 31.12.2023	11	70.063	-	-	60.547

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



ENGIE SOLAR PARACATU III GERAÇÃO CENTRALIZADA SPE S.A.
CNPJ Nº 23.741.514/0001-01| NIRE Nº 31 3 0011415-5
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	435	2.128
Conciliação do lucro com o caixa das operações:		
Depreciação e amortização	7.149	6.018
Juros e variação monetária sobre financiamento	12.204	14.239
Juros e variação monetária sobre provisões para desmobilização	97	18
Juros sobre fornecedores	805	81
Renda de depósitos vinculados	(154)	(164)
Baixa de ativo imobilizado	3.006	2.908
<i>Impairment</i>	14.904	-
Indenização de seguros	(22.554)	-
Outros	-	(600)
Resultado antes dos tributos ajustado	15.892	24.628
(Aumento) redução nos ativos		
Contas a receber de clientes	(136)	(162)
Adiantamento a fornecedores	3.090	(102)
Outros ativos	(4.072)	(784)
(Redução) aumento nos passivos		
Fornecedores	965	(360)
Ressarcimentos às distribuidoras	5.615	1.248
Outros passivos	6.617	432
Caixa gerado nas operações	27.971	24.900
Pagamentos de juros sobre financiamento	(6.516)	(6.397)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(2.420)	(2.007)
Caixa líquido das atividades operacionais	19.035	16.496
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado e no intangível	(398)	(874)
Venda de ativo imobilizado	-	-
Caixa líquido das atividades de investimento	(398)	(874)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de financiamento	(8.275)	(8.028)
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	(116)	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	(8.391)	(8.028)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	10.246	7.594
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	29.977	22.383
Saldo final	40.223	29.977
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	10.246	7.594

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



ENGIE SOLAR PARACATU III GERAÇÃO CENTRALIZADA SPE S.A.
CNPJ Nº 23.741.514/0001-01 | NIRE Nº 31 3 0011415-5
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de maneira diferente)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ENGIE Solar Paracatu III Geração Centralizada SPE S.A. (“Paracatu III” ou “Companhia”), com sede no município de Paracatu, Estado de Minas Gerais (MG), foi constituída em 26.11.2015, sendo constituída, inicialmente, com prazo determinado de 25 anos e posteriormente alterando o prazo para indeterminado conforme artigo 3o de seu Estatuto Social. A Companhia tem por objeto a estruturação, o desenvolvimento, a implantação, a geração e exploração de Empreendimento de energia elétrica por fonte solar. A Companhia detém autorização para explorar a Usina Solar Fotovoltaica Paracatu 3 (“Usina”), e possui capacidade instalada de 33 MW¹ e garantia física de 8,5 MW médios. Em 09.01.2019, a Aneel autorizou o início da operação comercial da Usina.

A Companhia assinou com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), outorga pelo prazo de 35 anos, contados a partir de sua celebração em 26 de abril de 2016, conforme publicação no Diário Oficial da União para construção, operação e manutenção das instalações das usinas solares.

A contabilização da energia produzida pela Companhia ocorre de forma mensal. De acordo com o Preço de Venda Atualizado (PVA), a cada 12 meses, há o encontro de contas, comparando o volume gerado com o vendido no leilão. Desvios negativos são restituídos pela Companhia, enquanto desvios positivos são recebidos de acordo com o percentual pré-estabelecido no contrato.

A Administração do Grupo ENGIE, em conjunto com seus acionistas, tem aplicado esforços visando a otimização da estrutura financeira do grupo buscando minimizar os impactos das despesas financeiras de seu financiamento e, neste sentido, garantem o aporte de quaisquer recursos financeiros necessários para a continuidade das operações da Companhia.

A Companhia não possui colaboradores e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A Administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, que cobra pela prestação de serviços e solicita reembolso das despesas incorridas com pessoal diretamente dedicado às atividades da usina.

Adicionalmente, a Companhia é parte do Consórcio Paracatu, com participação de 25,00%. O Consórcio Paracatu é responsável pela operação, manutenção e exploração da subestação e parte da linha de transmissão utilizada pela Companhia em suas operações.

Os ativos, passivos, receitas e despesas relativas à participação no Consórcio Paracatu (entidade sem personalidade jurídica) são reconhecidos diretamente nas demonstrações financeiras da Companhia, não se fazendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma. Essas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 30.04.2024.

¹ As informações não financeiras contidas nessas demonstrações financeiras como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.



b) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real, que é a moeda principal do ambiente econômico de operação da Companhia. As informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

c) Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de autorização de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo; e (iii) forte geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto a instituições financeiras. Assim, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

NOTA 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações financeiras. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.4) Financiamento

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção. Os juros e os demais encargos financeiros do financiamento, durante o período de construção, foram computados como custo do respectivo imobilizado. O valor presente do custo esperado para desmobilização de um ativo após seu uso, quando aplicável, é incluído no custo do respectivo ativo. Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens.

c) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado (*Impairment*)

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício.

d) Provisão para desmobilização

Os custos de desmobilização da Usina são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é



reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

e) Distribuição de dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo nos seguintes momentos: (i) dividendos mínimos obrigatórios – quando do encerramento do exercício; (ii) dividendos intercalares e intermediários – quando de sua aprovação pela Diretoria Executiva; e (iii) dividendos adicionais propostos no encerramento do exercício – quando de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária (AGO).

f) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

g) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

h) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

i) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias, considerando as normas e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações financeiras.

j) Operações controladas em conjunto

Os ativos, passivos, receitas e despesas relativas à participação no Consórcio Paracatu (entidade sem personalidade jurídica) são reconhecidos diretamente nas demonstrações financeiras da Companhia, não se fazendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

k) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando, ainda, pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, (i) à definição de vida útil do ativo imobilizado; (ii) ao teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração; e (iii) à provisão para desmobilização da Usina.

l) Novas normas, alterações e interpretações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2023. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:



Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Pronunciamento Técnico CPC nº 50			
Este Pronunciamento substituiu a norma anteriormente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	07.05.2021	01.01.2023	Sem impactos relevantes.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 20			
Pronunciamentos Técnicos CPC 11 – Contratos de seguro; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária; CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 32 – Tributos sobre o lucro; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 30 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação; CPC 37 – Receita de contrato com cliente; e CPC 39 – Contabilização e relatório contábil de planos de benefício de aposentadoria.	01.04.2022	01.01.2023 (ajuste CPC 37, aplicação imediata)	Sem impactos relevantes.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 22			
Pronunciamentos Técnicos CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 20 (R1) – Custos de empréstimos; e CPC 41 – Resultado por ação.	04.08.2023	01.01.2023	Sem impactos relevantes.

m) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

A partir de 01.01.2024, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 23			
Pronunciamentos Técnicos CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; e CPC 06 (R2) – Arrendamentos.	04.08.2023	01.01.2024	Sem impactos relevantes.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 24			
Em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores, foram realizadas alterações em Pronunciamentos Técnicos CPC 03 (R2) – demonstração dos fluxos de caixa. CPC 32 – tributos sobre o lucro e CPC 40 (R1) – instrumentos financeiros (evidenciação).	01.12.2023	A vigência dessas alterações será estabelecida pelos órgãos reguladores que as aprovarem.	Não aplicável à Companhia.

NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e depósitos bancários à vista	4.035	2.885
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	36.188	27.092
	40.223	29.977

A Companhia é participante do Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa de sua controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. A rentabilidade média do fundo nos anos de 2023 e de 2022 foi de cerca de 99,7% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários).



NOTA 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Em 31.12.2023, a Companhia mantém R\$ 2.798 (R\$ 2.662 em 31.12.2022) relativo a contas a receber de clientes. O prazo de faturamento da Companhia é de 30 dias, razão pelo qual o valor dos títulos a receber corresponde ao seu valor justo na data da venda de energia.

O modelo do setor elétrico brasileiro conta, desde 2008, com a Energia de Reserva, destinada a elevar a segurança no fornecimento no Sistema Interligado Nacional (SIN). A energia de reserva é oriunda de usinas especialmente contratadas para este fim, de forma complementar ao montante contratado no ambiente regulado (ACR).

A regulamentação do mecanismo deu-se pelo Decreto no 6.353, de 16 de janeiro de 2008, e o início da comercialização ocorreu um ano mais tarde. A CCEE passou a representar os agentes de consumo desta energia e a responder pela centralização da relação contratual entre as partes e pela gestão da Conta de Energia de Reserva.

Esta modalidade de contratação é formalizada mediante a celebração dos Contratos de Energia de Reserva (CER), entre os agentes vendedores nos leilões e a CCEE – na condição de representante dos agentes de consumo, incluindo os consumidores livres, aqueles referidos no § 5º do art. 26 da Lei nº 9.427/1996 e os autoprodutores.

Os Contratos de Uso de Energia de Reserva (CONUER) são celebrados entre a CCEE e os agentes de consumo, distribuidores, consumidores livres e consumidores especiais, em decorrência dos Contratos de Energia de Reserva (CER), estes celebrados entre os agentes vendedores nos leilões e a CCEE.

Para a operação descrita acima, não há constituição de Perda Esperada para Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD), pois a CCEE efetua os pagamentos mensais constantes em contrato, apurando eventuais diferenças entre a energia contratada e a fornecida ao final de cada ano do contrato, e aplicando os ajustes necessários no ano seguinte.

NOTA 6. DEPÓSITOS VINCULADOS

Em 31.12.2023, a Companhia mantém R\$ 4.207 (R\$ 3.937 em 31.12.2022) relativos a garantias vinculadas ao contrato de financiamento. Essas garantias visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bem como das despesas de operação e manutenção, e são constituídas pelo montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida e das despesas contratuais de operação e de manutenção, respectivamente.

NOTA 7. IMOBILIZADO

a) Composição

	Taxa média de depreciação	31.12.2023			31.12.2022
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Edificações e benfeitorias	4,11%	1.122	(205)	917	-
Máquinas e equipamentos	4,09%	161.601	(27.942)	133.659	158.790
Direito de uso de arrendamentos	10,20%	6.037	(560)	5.477	5.418
Outros	4,63%	4	(1)	3	37
		168.764	(28.708)	140.056	164.245
Em curso		605	-	605	207
		169.369	(28.708)	140.661	164.452



b) Muta o do ativo imobilizado

	Edifica�es e benfeitorias	M�quinas e equipamentos	Outros	Direito de uso de arrendamentos	Imobilizado em curso	Total
SalDOS em 31.12.2021	-	164.135	31	4.898	-	169.064
Ingressos	-	3.298	31	-	169	3.498
Remensura�o	-	(38)	-	-	38	-
Vendas	-	-	-	682	-	682
Baixas	-	(2.888)	(20)	-	-	(2.908)
Deprecia�o	-	(5.717)	(5)	(162)	-	(5.884)
SalDOS em 31.12.2022	-	158.790	37	5.418	207	164.452
Ingressos	-	-	-	-	398	398
Remensura�o	-	-	-	237	-	237
Desmobiliza�o	-	339	-	-	-	339
<i>Impairment</i>	-	(14.904)	-	-	-	(14.904)
Transfer�ncias	962	(928)	(34)	-	-	-
Baixas	-	(3.006)	-	-	-	(3.006)
Deprecia�o	(45)	(6.632)	-	(178)	-	(6.855)
SalDOS em 31.12.2023	917	133.659	3	5.477	605	140.661

c) Redu o ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, a necessidade de provisão para redu o do saldo contábil a seu valor de realiza o. Em 2023 foi reconhecido um *impairment* de R\$ 14.904 em decorrência de fortes ventos na região dos quatro parques do Conjunto Fotovoltaico Paracatu, parte dos *trackers* e módulos fotovoltaicos foram sinistrados. Maiores detalhes, vide Nota 15 – Seguros.

d) Provisão para desmobiliza o

Em 2022, a Companhia reconheceu em seu imobilizado a provisão dos custos decorrentes da desmobiliza o de seu parque eólico, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obriga o de retirada dos ativos e de restaura o do local ao final do prazo de autoriza o. A taxa real de desconto utilizada para o cáculo do valor presente   6,05%, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autoriza es. O saldo da provisão para desmobiliza o registrada no passivo não circulante em 31.12.2023 era de R\$ 3.052 (R\$ 2.616 em 31.12.2022), a varia o do saldo   decorrente de juros e varia o monetária de R\$ 97 registrada no resultado de 31.12.2023.

e) Autoriza o do  rg o Regulador

A Companhia   detentora da autoriza o para explora o da Usina Solar Fotovoltaica Paracatu 3, com capacidade instalada de 33 MW, pelo prazo de 35 anos, a contar da data de 05.2016.

NOTA 8. FORNECEDORES

	31.12.2023	31.12.2022
Arrendamentos a pagar	5.793	5.329
Fornecedores	1.741	198
	7.534	5.527
Passivo circulante	2.308	224
Passivo n�o circulante	5.226	5.303
	7.534	5.527

NOTA 9. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avalia o de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os



negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações do IPCA, em decorrência do financiamento contratado.

Quanto ao risco de aceleração inflacionária, os contratos de venda de energia em vigor possuem cláusulas de reajuste inflacionário, com a aplicação de IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo para as dívidas e as obrigações indexadas a índices de inflação e/ou atreladas à variação inflacionária.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário-base provável para o ano de 2024 foi definido por meio das premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

Risco de variação	Variação	Cenário Provável	Sensibilidade		
	2023	2024	Provável	$\Delta + 25\%$ (*)	Administração
IPCA	4,6%	3,9%	-0,7 p.p.	1,0 p.p.	0,1 p.p.

(*) Variações sobre o cenário provável de 2024.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2023 e os previstos no cenário provável para 2024, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) nas estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e índices flutuantes para 2024. As variações que poderão impactar o resultado e, conseqüentemente, o patrimônio líquido de 2024, em comparação com o ano de 2023, caso tais cenários se materializem, são estas:

Financiamento	Saldo em 31.12.2023	Sensibilidade		
		Provável	$\Delta + 25\%$	Administração
IPCA	127.072	790	(1.067)	(104)

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (financiamento, deduzido dos depósitos vinculados ao serviço da dívida e do caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	31.12.2023	31.12.2022
Dívida	127.072	129.659
(-) Depósitos vinculados ao serviço da dívida	(4.207)	(3.937)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(40.223)	(29.977)
Dívida líquida	82.642	95.745
Patrimônio líquido	60.547	68.695
Endividamento líquido / Patrimônio líquido	1,4	1,4

c) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras.

Nas operações de venda de energia, a Companhia minimiza o seu risco de crédito por meio da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.



No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2023, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

d) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2023. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para a dívida com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	2.333	1.184	1.184	14.855	19.556
Financiamento	14.567	27.797	26.137	104.380	172.881
	16.900	28.981	27.321	119.235	192.437

e) Categoria dos instrumentos financeiros

	31.12.2023	31.12.2022
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	36.188	27.092
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	4.035	2.885
Contas a receber de clientes	2.798	2.662
Depósitos vinculados	4.207	3.937
	47.228	36.576
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	7.534	5.527
Ressarcimentos às distribuidoras	7.994	2.379
Financiamento	127.072	129.659
	142.600	137.565

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).



NOTA 10. FINANCIAMENTO

a) Mutação do financiamento

Saldos em 31.12.2021	129.846
Juros e variação monetária	14.239
Amortização do principal	(8.029)
Amortização de juros	(6.397)
Saldos em 31.12.2022	129.659
Juros e variação monetária	12.204
Amortização do principal	(8.275)
Amortização de juros	(6.516)
Saldos em 31.12.2023	127.072
Passivo circulante	8.803
Passivo não circulante	118.269
	127.072

b) Vencimentos do financiamento apresentado no passivo não circulante

Ano	Valor
2025	8.558
2026	8.558
2027	8.558
2028	8.558
2029 a 2033	42.790
2034 a 2038	41.247
	118.269

c) Condições contratadas

	Condições de pagamento			Saldos em 31.12.2023
	Encargos	Vencimento	Principal e encargos	
BNDES	IPCA + 4,98% a.a.	10.2038	Mensais a partir de 11.2018	127.072

d) Garantias

As garantias são as seguintes: (i) penhor da totalidade das ações representativas ao capital social; (ii) cessão dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e de venda de energia elétrica; (iii) contas reserva do serviço da dívida e reserva de O&M; (iv) cessão dos direitos emergentes da autorização; (v) penhor das máquinas e equipamentos relativas ao Projeto; e (vi) fiança corporativa da controladora direta ENGIE Solar Paracatu Geração Centralizada Holding S.A. e das controladoras indiretas, ENGIE Brasil Complementares Participações Ltda. e ENGIE Brasil Energia S.A.

e) Compromissos contratuais (covenants)

Dívida	Covenants
BNDES	(i) Índice de cobertura do serviço da dívida ¹ $\geq 1,30$

(1) Índice de cobertura do serviço da dívida: Geração de caixa da atividade / Serviço da dívida.

Devido a ocorrência de evento climático que gerou danos ao ativo (mais detalhes vide Nota 15 – Seguros), os compromissos financeiros estabelecidos no financiamento não foram atingidos. Entretanto, durante o ano de 2023, o BNDES formalizou que o referido descumprimento não acarretaria a antecipação do vencimento das dívidas.



NOTA 11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31.12.2023 e 31.12.2022 era de R\$ 70.063, representado por 70.062.596 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais 70.062.596 pertencem à controladora ENGIE Solar Paracatu Geração Centralizada Holding S.A. S.A., controlada pela ENGIE Brasil Energia S.A.

b) Reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

A política de dividendos da Companhia estabelece que seus acionistas tenham direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 10% do lucro líquido ajustado do exercício.

NOTA 12. CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	2023	2022
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Distribuidoras	24.892	30.169
Indenização de seguros	3.645	-
Transações no mercado de curto prazo	-	162
Outras receitas (performance negativa)	179	(1.412)
	28.716	28.919
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
PIS e Cofins	(993)	(1.107)
	27.723	27.812

Em 2023, as receitas auferidas às distribuidoras foram reduzidas pelo reconhecimento de R\$ 5.410 (R\$ -1.073 em 31.12.2022), relativos ao mecanismo de ressarcimento previsto nos contratos de energia elétrica firmados no ACR, líquidos de PIS e Cofins. Tal reconhecimento foi feito em contrapartida da rubrica "Ressarcimentos às distribuidoras", a qual, em 31.12.2023, apresentava saldos de R\$ 7.994 no passivo circulante (R\$ 2.379 em 31.12.2022).

A Companhia apresenta em seu passivo montante relativo ao mecanismo de ressarcimento previsto nos contratos de energia elétrica firmados no ACR das usinas pertencentes ao Conjunto Fotovoltaico Paracatu. Estes contratos preveem o pagamento por parte das distribuidoras de uma receita fixa, independente da geração verificada mês a mês, e posterior ressarcimento por parte da Companhia.

Os principais critérios de reconhecimento estão demonstrados a seguir:

Leilão	Tipo	Critérios de reconhecimento
8º Leilão de Energia de Reserva	Quantidade	Cálculo: diferença entre energia contratada e energia gerada. Valoração: o preço é multiplicado por 106% se for até 10% abaixo do contrato. Caso a geração seja abaixo de 90%, o multiplicador é de 115%. Pagamento: 12 parcelas iguais diretamente na contabilização de evento na CCEE do contrato.



NOTA 13. CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

	2023		2022	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Receita operacional bruta	24.892	24.892	30.169	30.169
% de presunção do lucro	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido sobre receita operacional	1.991	2.987	2.414	3.620
Receita financeira	4.103	4.103	-	-
Recomposição de receita de energia (seguros)	3.645	3.645	-	-
Outros	15.535	15.535	2.881	2.881
Base de cálculo	25.274	26.270	5.295	6.501
Alíquotas	15%	9%	15%	9%
Imposto de renda e contribuição social	(3.791)	(2.364)	(794)	(585)
Adicional de 10% sobre lucro até R\$ 20 mensais	(2.504)	-	(506)	-
Imposto de renda e contribuição social – Corrente	(6.295)	(2.364)	(1.300)	(585)

NOTA 14. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

a) Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD)

Para o uso do sistema de distribuição e da rede básica, a Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS. O contrato tem vigência até o término da autorização da usina. Em 31.12.2023, o valor das obrigações futuras provenientes deste contrato totalizava R\$ 29.662.

b) Contrato de Operação e Manutenção (O&M)

A Companhia mantém contrato de operação e manutenção, vigente até março de 2041. Os valores contratados são atualizados, anualmente, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O compromisso futuro, na data base 31.12.2023, era de R\$ 8.813.

c) Venda de energia

A Companhia comercializou sua energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), pelo prazo de 20 anos. O compromisso futuro dos contratos com distribuidoras, advindos deste leilão de energia reserva (LER), em 31.12.2023, era de R\$ 448.807.

NOTA 15. SEGUROS

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) – do programa de seguros de sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia. O Conjunto Fotovoltaico Paracatu participa da referida apólice no montante de R\$ 527.338 para danos materiais e R\$ 135.836 para lucros cessantes. A vigência do seguro vai até 31.05.2024.

Indenização de seguros

No dia 02.04.2023, ocorreu evento climático nos quatro parques de Paracatu em decorrência de ventos fortes na região, causando danos ao ativo. Após estudos prévios, a seguradora emitiu relatório preliminar reconhecendo o sinistro e confirmando a cobertura pela apólice vigente naquela data. Com a confirmação da ocorrência do sinistro, a cobertura dos danos materiais e lucros cessantes e o parecer favorável para o adiantamento parcial da indenização concedido pela seguradora, a Companhia concluiu que o evento é certo e se tornou recebível, realizando o reconhecimento no resultado. Em dezembro 2023, a Companhia reconheceu a indenização do seguro até o limite dos gastos do período para refletir os efeitos das transações. Desta forma, foram reconhecidos em 2023 os seguintes montantes relacionados aos danos materiais e lucros cessantes:

	31.12.2023
Receita operacional líquida	3.645
Custos operacionais	1.020
Outras receitas operacionais, líquidas	14.904
Outras despesas operacionais, líquidas	2.985
	22.554



(Nominata de assinaturas das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023, da ENGIE Solar Paracatu III Geração Centralizada SPE S.A.)

DIRETORIA EXECUTIVA

José Luiz Jansson Laydner
Diretor Executivo

Romary dos Anjos Silva
Diretora Administrativa e Financeira

Sérgio Roberto Maes
Diretor Técnico-Operacional

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Márcio dos Santos Rosa
Contador - CRC SC 023609/O-7



Tarumã Office
Rua 7 de Setembro, 1600
13º andar - Salas 1302 e 1303 - Centro
89010-204 - Blumenau - SC - Brasil

Tel: +55 47 2111-0700
Fax: +55 47 2111-0719
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos administradores e acionistas da
Engie Solar Paracatu III Geração Centralizada Spe S.A.
Florianópolis/SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Engie Solar Paracatu III Geração Centralizada Spe S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau (SC), 30 de abril de 2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SC-000048/F-0



Adilvo França Junior
Contador CRC BA-021419/O"